



DECRETO Nº 2761/2015

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 771/2013 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE DORCAS DO RIO PRETO/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Dorcas do Rio Preto, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no art. 66, inciso V da Lei Orgânica do Município, c/c com a Lei Municipal nº 771/2013, de 29/08/2013 e considerando o que consta do Processo nº 0795/2015,

DECRETA:

Art. 1º – O funcionamento do Sistema de Controle Interno referido no caput do art. 3º, da Lei nº 771/2013, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, abrangendo as Administrações Direta e Indireta, sujeita-se ao disposto na Lei nº 771/2013, à legislação e normas regulamentares aplicáveis ao Município, ao conjunto de instruções normativas que compõem o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle desta administração e às regras constantes deste Decreto.

Art. 2º – Os sistemas administrativos a que se referem o inciso V, do artigo 5º, da Lei nº 771/2013 e respectivas unidades que atuarão como órgão central de cada sistema são assim definidos:

SISTEMA ADMINISTRATIVO		ÓRGÃO CENTRAL (UNIDADE RESPONSÁVEL)
1	SCI – Sistema de Controle Interno	UCCI
2	SPO – Sistema de Planejamento e Orçamento	Secretaria Municipal de Planejamento (Divisão Administrativa)



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3	SPA – Sistema de Controle Patrimonial	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Área de Almoxarifado e Patrimônio)
4	SCO – Sistema de Contabilidade	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Divisão de Contabilidade)
5	SEC – Sistema de Educação	Secretaria Municipal de Educação (Divisão Administrativa)
6	SCL – Sistema de Compras, Licitações e Contratos	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Divisão de Compras – Comissão de Licitação)
7	SPP – Sistema de Previdência Própria	Instituto de Previdência dos Servidores de Dorcas do Rio Preto (PREVIDRP)
8	SSP – Sistema de Saúde Pública	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (Divisão de Ações Programáticas na Área da Saúde)
9	STB – Sistema de Tributos	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Divisão de Tributação)
10	SFI – Sistema Financeiro	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Divisão de Finanças)



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11	STR – Sistema de Transportes	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (Divisão de Obras)
12	SRH – Sistema de Administração de Recursos Humanos	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Divisão de Recursos Humanos)
13	SCV – Sistemas de Convênios e Consórcios	Secretaria Municipal de Planejamento (Área de Convênios)
14	SOP – Sistema de Projetos e Obras Públicas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (Divisão de Obras)
15	SBE – Sistema de Bem-Estar Social	Secretaria Municipal de Assistência Social (Divisão de Ações Programáticas em Assistência Social)
16	SCS – Sistema de Comunicação Social	Gabinete do Prefeito (Chefia de Gabinete)
17	SJU – Sistema Jurídico	Gabinete do Prefeito (Setor Jurídico)
18	SSG – Sistema de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Área de Expediente e Serviços Diversos)
19	STI – Sistema de Tecnologia da Informação	Secretaria Municipal de Administração e Finanças



Art. 3º – A UCCI - Unidade Central de Controle Interno expedirá instrução normativa orientando a elaboração do manual de rotinas e procedimentos de controle nos respectivos sistemas administrativos.

§ 1º - Os órgãos centrais dos sistemas administrativos deverão submeter à apreciação da UCCI, que encaminhará à aprovação do Chefe do Poder Executivo, a minuta do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle a ser observado em cada sistema administrativo, nos seguintes prazos:

I - até 30/12/2014:

- a) Sistema de Controle Interno;
- b) Sistema de Planejamento e Orçamento;
- c) Sistema de Controle Patrimonial;
- d) Sistema de Contabilidade;
- e) Sistema de Educação;

II - até 30/03/2015:

- a) Sistema de Compras, Licitações e Contratos.
- b) Sistema de Previdência Própria;
- c) Sistema de Saúde;
- d) Sistema de Tributos;
- e) Sistema Financeiro;

III - até 30/09/2015:

- a) Sistema de Transportes;
- b) Sistema de Administração de Recursos Humanos;
- c) Sistema de Convênios e Consórcios;
- d) Sistema de Projetos e Obras Públicas.
- e) Sistema do Bem-Estar Social;

IV - Até 30/09/2016:

- a) Sistema de Comunicação Social;
- b) Sistema Jurídico;
- c) Sistema de Serviços Gerais;
- d) Sistema de Tecnologia da Informação.



§ 2º - Os órgãos e entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo Municipal, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à observância das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle estabelecidos através de instruções normativas pelos órgãos centrais dos diversos sistemas administrativos, cabendo a seus gestores normatizar as demais atividades internas (finalísticas).

Art. 4º – Na definição dos procedimentos de controle, deverão ser priorizados os controle preventivos, destinados a evitar a ocorrência de erros, desperdícios, irregularidades ou ilegalidades, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

Art. 5º – As unidades executoras do Sistema de Controle Interno a que se referem os artigos 4º e 6º da Lei nº 771/2013, deverão informar à UCCI, para fins de cadastramento, até o dia 30 de junho de 2015, o nome do respectivo representante de cada unidade executora, comunicando de imediato as eventuais substituições.

Parágrafo único. O representante de cada unidade executora tem como missão dar suporte ao funcionamento do Sistema de Controle Interno em seu âmbito de atuação e serve de elo entre a unidade executora e a UCCI, tendo como principais atribuições:

I – prestar apoio na identificação dos “pontos de controle” inerentes ao sistema administrativo ao qual sua unidade está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

II – coordenar o processo de desenvolvimento, implementação ou atualização do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle, ao quais a unidade em que está vinculado atua como órgão central do sistema administrativo;

III – exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância do Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle a que sua unidade esteja sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

IV – encaminhar à UCCI, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;

V – adotar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado afetas à sua unidade;

VI – atender às solicitações da UCCI quanto às informações, providências e recomendações;



VII – comunicar à chefia superior, com cópia para a UCCI, as situações de ausência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

Art. 6º – As atividades de auditoria interna a que se refere o Inciso V, do artigo 5º, da Lei nº 771/2013, terão como enfoque a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelos seus órgãos centrais e executores, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.

§ 1º - À UCCI caberá a elaboração do Manual de Auditoria Interna, que especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pela Unidade e que será submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo, documento que deverá tomar como orientação as Normas Brasileiras para o Exercício das Atividades de Auditoria Interna e respectivo Código de Ética, aprovados pelo Instituto Brasileiro de Auditoria Interna – AUDIBRA.

§ 2º - Até o último dia útil de cada ano, a UCCI deverá elaborar e dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, o Plano Anual de Auditoria Interna para o ano seguinte, observando metodologia e critérios estabelecidos no Manual de Auditoria Interna.

§ 3º - À UCCI é assegurada total autonomia para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna, podendo, no entanto, obter subsídios junto ao Chefe do Poder Executivo e demais gestores e junto às unidades executoras do Sistema de Controle Interno, objetivando maior eficácia da atividade de auditoria interna.

§ 4º - Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifique, a UCCI poderá requerer do Chefe do Poder Executivo, colaboração técnica de servidores públicos ou a contratação de terceiros.

§ 5º - O encaminhamento dos relatórios de auditoria às unidades executoras do Sistema de Controle Interno será efetuado pelo Chefe da UCCI, ao qual, no prazo estabelecido, também deverão ser informadas, pelas unidades que foram auditadas, as providências adotadas em relação às constatações e recomendações apresentadas pela UCCI.

Art. 7º – Qualquer servidor público é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidades, podendo fazê-lo diretamente à UCCI ou através dos representantes das unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sempre por escrito e com clara identificação do denunciante, da situação



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

constatada e da(s) pessoa(s) ou unidade(s) envolvida(s), anexando, ainda, indícios de comprovação dos fatos denunciados.

Parágrafo Único – É de responsabilidade da UCCI, de forma motivada, acatar ou não a denúncia, podendo efetuar averiguações para confirmar a existência da situação apontada pelo denunciante.

Art. 8º – Para o bom desempenho de suas funções, caberá à UCCI solicitar ao responsável, o fornecimento de informações ou esclarecimentos e/ou a adoção de providências.

Art. 9º – Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna, de denúncias ou de outros trabalhos ou averiguações executadas pela UCCI, forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, a esta caberá alertar formalmente a autoridade administrativa competente indicando as providências a serem adotadas.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de servidores lotados na UCCI em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas.

Art. 10 – O responsável pelo Sistema de Controle Interno deverá representar ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas.

Art. 11 – Caberá à UCCI prestar os esclarecimentos e orientações à respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 12 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 2550, de 02 de Setembro de 2013.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Dorcas do Rio Preto-ES, aos onze (11) dias do mês de fevereiro (02) de 2015.

CLÁUDIA MARTINS BASTOS
PREFEITA MUNICIPAL